

Eleições nacionais e integração regional

As implicações das últimas eleições presidenciais e parlamentares do Paraguai merecem séria reflexão não apenas de parte, como é óbvio, dos cidadãos paraguaios, mas também dos brasileiros.

A rigor, em termos estritamente numéricos, os resultados não foram um triunfo retumbante para a oposição nem uma derrota arrasadora para o governo. A *Alianza Patriótica para el Cambio* (PAC) conquistou a presidência do país, e o *Partido Colorado* perdeu, com a chefia do Executivo, a hegemonia que durante sessenta e um anos mantivera sobre a política paraguaia. Conservou-se, porém, no Congresso, como a maior força parlamentar, capaz de criar consideráveis dificuldades ao governo recém-eleito e à coalizão heterogênea que o apóia. Num país com tradições democrático-institucionais mais sólidas, tal resultado nas urnas poderia nada representar de extraordinário, mas no Paraguai, é uma mudança radical. Por sua vez, para o Brasil, depois mais de

seis décadas de diálogo com o Partido Colorado, será uma mudança drástica de interlocução.

Já durante a campanha eleitoral, foi possível observar um certo tom anti-brasileiro, cujo pano de fundo, assinalado inclusive pela candidata oficial, Blanca Olvear, do Partido Colorado, era a alegada percepção popular no país vizinho de que o Brasil tende a tratar de forma unilateral os problemas bilaterais dos dois países. Mais especificamente, os três candidatos – o ex-bispo Fernando Lugo, hoje

tornou-se tema maior da campanha eleitoral.

Ora, o Tratado de Itaipu data de 1973 e tem validade de cinquenta anos, não devendo, pois, ser renegociado antes de 2023. Além disso, o Brasil financiou a construção da usina e é a compra de energia elétrica do Paraguai que tem possibilitado àquele país arcar com o serviço da dívida daí resultante. Em tese, Brasília poderia, pois, assumir uma posição intransigente, usando argumentos jurídicos para defender a intangibilidade do

A questão de Itaipu, inclusive uma hipotética revisão do tratado respectivo, com vistas a aumentar o preço pago pelo Brasil pela energia comprada do Paraguai, tornou-se tema maior da campanha eleitoral do nosso vizinho.

presidente eleito, o general reformado Lino Oviedo e a já mencionada Blanca Olvear – referiram-se à questão do preço – por todos eles considerado demasiado baixo – pago pelo Brasil pela sobra da energia de Itaipu pertencente ao Paraguai, mas não utilizada pelo país vizinho. Em suma, a questão de Itaipu, inclusive uma hipotética revisão do Tratado respectivo, com vistas a aumentar o preço pago pelo Brasil pela energia comprada do Paraguai,

Tratado e um raciocínio econômico para opor-se a elevações dos preços hoje pagos ao Paraguai, sobretudo nos montantes às vezes mencionados por nossos parceiros. Esta última atitude é, aliás, defendida pela área técnica do nosso governo. Resta saber, entretanto, se – quer do ponto de vista paraguaio, quer do brasileiro – uma atitude intransigente seria a mais adequada e, sobretudo, se a questão do preço da energia de Itaipu deveria ser encarado

Luiz Augusto Souto Maior
é diplomata aposentado. Foi
Embaixador junto às Comunidades
Europeias, e Ministro Conselheiro na
Delegação permanente em Genebra.

como ponto focal do relacionamento econômico futuro dos dois países.

Atualmente, o Paraguai consome cerca de 5% da parte que lhe cabe da energia elétrica da usina binacional, vendendo ao Brasil algo em torno de 95%, pelos quais recebe US\$ 41,80 o MWh (US\$ 39,00 pela energia mais US\$ 2,80 pela cessão de direito), num valor total de US\$ 1,5 bilhão anual, aproximadamente¹. Ora, o objetivo central do país deveria ser o seu desenvolvimento econômico, o que significaria aumentar o consumo próprio de eletricidade e a exportação de outros bens, não, ampliar apenas

de que pouco teriam a ganhar com um processo de integração que interessaria sobretudo aos países maiores da região, especialmente o Brasil. Esta parece ser a posição, entre outros, do Paraguai, apesar da concentração do seu discurso no problema típico do preço da energia de Itaipu. No tocante ao assunto deste artigo, interessa, pois, a Brasília desfazer a noção aparentemente difundida na opinião pública do país vizinho de que tendemos a manter uma política tacanhamente egoísta em relação a Assunção.

Tanto lá como cá, a evolução de um contencioso monotemático e ime-

Brasil pela parte paraguaia da energia de Itaipu presta-se perfeitamente a tal papel. Acrescente-se ainda que, tratada de forma análoga por todos os candidatos, a reivindicação de uma elevação daquele preço pode ser apresentada como aspiração nacional – e não meramente partidária – de uma nação pobre frente a outra muito mais rica e poderosa. Tal caráter pretensamente nacional do pleito paraguaio e a assimetria entre os dois parceiros tornariam politicamente incômoda uma recusa do Brasil, que teria de escudar-se em argumentos relativamente complexos, de mais difícil apreciação por uma opinião politicamente motivada contra qualquer eventual resistência brasileira. Numa negociação colocada em tais termos, o Brasil ver-se-ia, pois, encurralado na incômoda posição de explorador do mais fraco.

Por outro lado, o preço de simplesmente atender à solicitação do país vizinho seria demasiado elevado, não apenas em termos econômicos (falou-se até em multiplicar por oito o valor atual), mas também pela reação negativa da opinião brasileira e pelo precedente que criaria para outros contenciosos que envolvessem recursos naturais e, mais genericamente, para outros esquemas de integração com países menores.

Portanto, se queremos, ao mesmo tempo, resistir ao pleito paraguaio nos termos em que tem sido apresentado, preservar o bom relacionamento bilateral e evitar danos maiores a nosso projeto político de uma problemática e ainda hipotética integração sul-americana, temos de modificar o formato da negociação que se vem antecipando e que, embora de maneira e com agenda ainda não precisadas, parece inevitável. Em certo sentido, ainda que seja difícil antecipar posições negociadoras a partir de declarações necessariamente genéricas de personalidades nacionais, isto pode já estar ocorrendo.

Segundo a imprensa, Fernando Lugo, já eleito, teria reafirmado que considera “injusto” o preço pago pelo Brasil e que não interessa ao Paraguai

Num clima de campanha, como era até há pouco o do Paraguai, é mais pragmático para qualquer candidato concentrar-se em promessas simples, facilmente compreensíveis, mas capazes de sensibilizar fortemente a opinião pública. O preço “injusto” pago pelo Brasil pela energia de Itaipu presta-se perfeitamente a este papel.

a receita derivada da venda de energia elétrica ao exterior. Para a consecução desse objetivo mais ambicioso de desenvolvimento – cuja responsabilidade incumbe essencialmente aos paraguaios, mas para a qual políticas e iniciativas do Brasil podem contribuir significativamente – o relacionamento entre os dois países teria de ser visto em termos muito mais amplos e abranger aspectos outros que as questões ligadas à usina de Itaipu.

Por sua vez, para o Brasil, que tem como alta prioridade de sua política externa a integração da América do Sul, dois problemas principais se opõem à consecução desse objetivo. O primeiro, que não cabe aprofundar aqui, é o das divergências de interesses e, mais genericamente, o das diferenças de política internacional entre os países que se deseja ver integrados e para os quais, pelo menos no caso do Mercosul, se advoga mesmo o estabelecimento de uma política externa comum. O segundo é a percepção dominante entre vários países menores

diatista para o exame mais amplo e esclarecido de um relacionamento de longo prazo não será tarefa fácil.

Para um grande número de políticos – e não me refiro apenas aos paraguaios – interesse nacional de longo prazo é aquele suscetível de produzir dividendos no espaço de tempo entre duas eleições. Esta percepção imediatista talvez seja o que mais frequentemente separa o mero político do estadista, este último capaz de ver os problemas do país acima dos político-eleitorais. E todos sabemos que a segunda categoria é minoritária. No caso em exame, as implicações de tal situação não se colocam, porém, da mesma forma dos dois lados da fronteira.

Num clima de campanha, como era até há pouco o do Paraguai, é eleitoralmente mais pragmático para qualquer candidato concentrar-se em promessas simples, facilmente compreensíveis pelo eleitorado, mas capazes de sensibilizar fortemente a opinião pública. O preço “injusto” pago pelo

esperar até 2023 para rever os preços pagos pela energia vendida por seu país, mas que vai esgotar todos os canais de diálogo, propondo a criação de um grupo técnico para discutir o assunto². Também segundo a imprensa, o Presidente brasileiro teria comentado com alguns assessores que Lugo precisaria descer do palanque para negociar conosco e que o Brasil não deseja fazer de Itaipu o assunto central da agenda bilateral³. Efetivamente, posicionamentos adequados ao calor

radicalizar o diálogo em torno de posições sustentadas durante a campanha e que, por sua vez, o mandatário brasileiro desejaria ampliar a agenda bilateral, na qual Itaipu não seria sequer o tema central. Evidentemente, Assunção também poderia interpretar as observações do presidente brasileiro como reveladoras de nossa intenção de minimizar um problema percebido como fundamental no país vizinho, em favor de uma prioridade mais alta para temas de interesse de Brasília.

Se queremos, ao mesmo tempo, resistir ao pleito paraguaio nos termos em que tem sido apresentado, preservar o bom relacionamento bilateral e evitar danos maiores a nosso projeto político de integração sul-americana, temos de modificar o formato da negociação que se vem antecipando e que parece inevitável.

do debate eleitoral raramente o são a uma mesa de negociação, de modo que os dois pontos do comentário, se corretamente reportados, pareceriam válidos.

Uma interpretação defensável de tais notícias de imprensa – embora elas possam não ser transcrições literais daquilo que foi dito pelos dois líderes – é que o presidente eleito do Paraguai não deseja, uma vez na presidência,

Num clima de compreensíveis – ainda que talvez infundadas – desconfianças recíprocas, pareceria oportuno explicitar um componente de grandeza: a noção de que colocar o pleito específico de Assunção numa agenda mais ampla não significaria, no pensamento brasileiro, minimizá-lo. Tratar-se-ia antes de dar às relações bilaterais e ao interesse nacional paraguaio em seu conjunto o peso que merecem, em

benefício de ambos. Em sentido contrário, centrar o debate entre os dois países no preço da energia de Itaipu equivaleria a apequenar o interesse nacional paraguaio e a amplitude que deve ter o relacionamento entre os dois países.

Por outro lado, ao ampliarmos a agenda bilateral bem além do único ponto até agora aparentemente enfatizado por Assunção, não estaríamos embarcando na “política de generosidade” criticada por alguns analistas, mas simplesmente interpretando o interesse nacional brasileiro com largueza de vistas e tentando conciliar, nas palavras do nosso chanceler, boa vontade, justiça e realismo. Sem esses três ingredientes, adequadamente dosados no processo de negociação, dificilmente poderemos alcançar, brasileiros e paraguaios, aquilo que, como sabe todo negociador, é a essência de qualquer bom acordo: um grau aceitável e razoavelmente equitativo de insatisfação recíproca...

Notas

¹ *O Globo*, 24 de abril de 2008, pág. 31.

² *O Globo*, 22 de abril de 2008, pág. 21.

³ *O Globo*, 23 de abril de 2008, pág. 25.